

INCLUSÃO E DESAFIOS DE ALUNOS DO ENSINO REGULAR DO CAMPO COM NECESSIDADES ESPECIAIS

ROCHA, Alcilea Maria Ferreira¹

SARDO, Marcilene Pinheiro²

SILVA, Brenda Santos da³

RESUMO: O artigo intitulado: *Inclusão e desafios de alunos do ensino regular do campo com necessidades especiais* têm como finalidade principal sensibilizar os leitores sobre os desafios enfrentados pelos alunos com necessidades especiais em uma escola do campo no município de Santana-AP. Com objetivo de analisar as barreiras e exclusões vividas e enfrentadas tanto pela educação do campo quanto pela educação especial no decorrer da história da educação e proporcionar uma reflexão na atualidade no espaço do campo. A metodologia apoiou-se na pesquisa bibliográfica com suporte da pesquisa documental e da pesquisa de campo, como é uma pesquisa educacional de caráter etnográfico baseado na observação como principal técnica metodológica. Na escola campo observada percebeu a existência do processo de inclusão em seu amplo conceito, afirma-se isto, por ter nessa escola encontrado a presença de diversidade cultural, social, econômica, étnica e de alunos com necessidades especiais na sala do ensino regular, mesmo diante de suas limitações em estruturas físicas e de atendimento especializado adequado, porém reforça suas possibilidades de inclusão social nas variedades de projetos educativos que proporciona a comunidade escolar. Resultando em um espaço de múltipla aprendizagem que faz a diferença na qualidade de educação do campo.

Palavras-chave: Educação. Educação do Campo. Educação Especial. Atendimento Especializado. Inclusão.

ABSTRACT: The article entitled: *Inclusion and challenges of students of the regular education of the countryside with special needs* have the main purpose of sensitizing readers about the challenges faced by students with special needs in a rural school in the city of Santana-AP. With the objective of analyzing the barriers and exclusions experienced and faced both by the education of the countryside and by special education throughout the history of education and provide a reflection in the present time in the countryside. The methodology was based on bibliographical research supported by documentary research and countryside research, as it is an educational research of ethnographic character based on observation as the main methodological technique. In the school countryside observed the existence of the inclusion process in its broad concept, this is affirmed, for having in this school found the presence of cultural, social, economic, ethnic diversity and students with special needs in the regular classroom, even given its limitations in physical structures and adequate specialized care, but reinforces its possibilities of social inclusion in the varieties of educational projects provided by the school community. Resulting in a multiple learning space that makes the difference in the quality of education in the countryside.

Key words: Education. countryside Education. Special education. Specialized Service. Inclusion.

¹Orientadora, Mestre em Desenvolvimento Regional pela UNIFAP, professora efetiva do magistério superior da Universidade Federal do Amapá/UNIFAP-Campus Santana.

²Graduanda em Licenciatura Plena em Pedagogia, UNIFAP-Campus Santana.

³Graduanda em Licenciatura Plena em Pedagogia, UNIFAP-Campus Santana.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte de um processo vivenciado em diversas situações no decorrer de experiências do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Amapá – Campus Santana, fator enriquecedor para a construção desta pesquisa. Ao longo da mesma, foi necessário analisar o fator histórico da Educação Especial e Educação no Campo para que fosse feita uma análise entre o passado e o presente das duas modalidades de ensino.

A educação especial, objeto desta pesquisa, que serviu de inspiração para investigação de como seria sua aplicação em uma escola do campo, pois há muitos debates, pesquisas, sobre a mesma, mas quando se trata de escolas campo há poucas referências. A pergunta norteadora desta pesquisa refere-se, a saber: Se a Escola Estadual do campo faz o processo de inclusão de acordo com a lei de diretrizes e Base da Educação do Campo?

De acordo com a história, a educação do campo sempre foi desvalorizada e sem apoio público, para fundamentar esta afirmativa foi feito uma pesquisa bibliográfica prévia sobre a educação do campo e pesquisa documental em espaço escolar e na Secretaria de Educação do Estado do Amapá. E para direcionar as observações foram feitas visitas em uma escola com característica do campo no município de Santana, sendo uma escola estadual, a fim de identificar se havia prestação de serviços na educação especial e a quem se destinava o atendimento educacional desta escola.

Saber se a escola do campo realmente inclui os alunos com necessidades especiais ou se apenas o integram dentro da sala de aula, para então poder compreender os processos de inclusão existentes e o papel do Estado em relação à educação, analisando as barreiras e exclusões vividas e enfrentadas tanto pela educação do campo quanto pela educação especial. Pois a articulação entre ambas é justamente atender as demandas das diversidades enfrentadas, buscando colocar em práticas propostas diferenciadas para aprender a fazer e agir associando a teoria com a prática em seu desenvolvimento para autonomia e dependência dos alunos deficientes da escola do campo.

Os objetivos que irão nortear os processos de pesquisa se pautaram em primeiramente fazer um levantamento bibliográfico e documental sobre as Escolas Estaduais do Campo no Estado do Amapá, observação e análise de uma Escola Estadual com característica do campo e por fim, diagnosticar como se dá o processo de inclusão em uma Escola Estadual com características do campo. Esses três objetivos nortearam os passos deste artigo desde suas concepções até os resultados finais.

2 REFERENCIAIS TEÓRICOS: CONCEITOS NORTEADORES

Para possibilitar uma discussão teórica plausível se faz necessário conhecer alguns conceitos e também como eles foram se constituindo no decorrer da história da sociedade, assim, primeiramente irá se apresentar as lutas dos Movimentos Sociais por uma educação do campo; o conceito de educação do campo e para proporcionar uma discussão teórica e compreender a inclusão no espaço do campo se traz os conceitos de educação especial e atendimento educacional especializado.

2.1 Lutas dos Movimentos Sociais por uma Educação do Campo

Sabe-se que a escola foi uma prática histórica negada não somente aos filhos de trabalhadores, mas a toda população menos favorecida, devido possuir alguns entraves que contribuíram para que isto acontecesse. E mesmo diante as lutas de movimentos sociais como: as lutas dos trabalhadores rurais sem terras, movimentos dos pequenos agricultores, entre outros movimentos, a escola do campo ainda não é uma conquista completa, devido ainda existir ausências de políticas públicas voltadas para uma educação de qualidade, também há falta de investimentos, há falta de formação continuada aos professores, são fatores que ainda acompanham a história da educação do Brasil e em especial a história da educação do campo.

Arroyo (2004) ressalta que:

O movimento social no campo representa uma nova consciência de direitos, á terra, ao trabalho, á igualdade, ao conhecimento, á cultura, á saúde e a educação. O conjunto de lutas e ações que os homens e mulheres do campo realizam, os riscos que assumem, mostram o quanto se conhecem sujeitos de direitos (ARROYO, 2004, p. 22).

E antes dos movimentos sociais lutarem por uma educação voltada para o campo, o modelo de educação existente era baseado no modelo do sistema capitalista que visava apenas o interesse do capital, onde só os que possuíam poder aquisitivo conseguiam estudar nas melhores escolas, fazendo os melhores cursos, não deixando de mencionar que ainda é muito forte nos dias atuais o interesse do mesmo.

2.2 Conceituação: Educação do Campo

Ao se tratar da educação do campo, principia-se do conceito de Educação do Campo, pois é fundamental para conhecimento de todos e de acordo com a Resolução de nº 56/2017 CEE “Educação do Campo no Sistema Estadual de Ensino compreende a Educação Básica, em suas etapas e modalidades e Educação Superior”. (BRASIL, 2017).

A Educação do Campo tem a essência voltada para a escolarização dos sujeitos sociais do campo, contemplando o trabalho mostrando a importância da relação com o outro, com o aprender a fazer, a agir unificando a teoria e a prática, e que possa “formar e cultivar identidades, saberes, memórias, valores, autoestima, e que trabalhe os processos educativos de continuidade, mas também de ruptura cultural, de enraizamento e de projeto, de olhar para o passado para construir novas possibilidades de futuro”. (CALDART, 1997, p.11).

2.2.1 O QUE É ESCOLA DO CAMPO?

O Decreto nº 7352/2010 em seu artigo 1º dá um conceito bem claro do que seria escola do campo, e para os efeitos dessa lei “Escola do Campo é aquela situada em área rural, conforme definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou a que esta situada na urbana, mas que atenda prioritariamente populações do campo” (BRASIL, 2010).

Importante salientar que o art. 5º da Resolução CNE/CEB 1, de 03 de abril de 2002 ressalta sobre as propostas pedagógicas das escolas do campo, que tem que respeitar as diferenças e o direito à igualdade e que deve cumprir imediatamente e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394, de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia. (Resolução nº 2, 2002, p. 1)

Portanto, percebe-se que a Escola do Campo é aquela que está localizada em lugares distantes da cidade, ou dentro da mesma, mas atende a população do campo, e que o sistema de ensino deve fazer adaptações quanto ao currículo e as metodologias de acordo com a peculiaridade da vida rural, interessante que a organização do calendário escolar da escola do campo deve constar as fases do ciclo agrícola e as condições climáticas de acordo com a realidade de cada localidade rural. (Resolução nº 2, 2002, p. 1)

2.2.2 POPULAÇÃO DO CAMPO

População do Campo são os agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, trabalhadores assalariados rurais, quilombolas, caiçaras, povos da floresta, caboclos e outros que produzam suas condições materiais de assistência a partir do trabalho no meio rural. (Decreto nº 7352/ 2010)

Contudo, a população do campo são os que fazem parte do povo brasileiro que tem um profundo sentimento de respeito e atribuição com a terra, e é nesta ligação do sujeito com a terra que se caracteriza os povos do campo, destaca a existência de uma relação social

específica deste povo, assim como uma identidade diferente que se estabelece no seu modo de vida a partir de seu relacionamento e trabalho com a terra e nestas relações estão as famílias, comunidades, organizações, movimentos sociais. (CALDART, 2002, p. 25)

2.3 Educação Especial: Conceito

Quando remetemo-nos ao processo histórico da pessoa com necessidade especial, deparamo-nos com um cenário totalmente caótico, pois são pessoas que vivem as margens da sociedade, são vistas como sendo incapazes, eram mortas, abandonadas, humilhadas totalmente desprovidas de deveres e direitos. Diante disso, faz-se necessário uma abordagem da educação especial para se entender os avanços ocorridos na mesma tanto em seu atendimento quanto no acesso a escola do ensino regular.

Partindo do pressuposto de que, as pessoas com necessidades especiais viveram no passado vários momentos marcados por diversos paradigmas, sofreram completa exclusão no que diz respeito ao exercício da cidadania plena do indivíduo, e em todos os espaços sociais, passando por lutas pelos movimentos sociais que levaram a constituição de leis e amparos legais, que determinaram ao País, Estados e Municípios respeitarem, ampliarem o acesso, possibilitarem serviços de atendimento especializados dentro das escolas, com professores e profissionais habilitados.

E ao se tratar de Educação Especial principia-se do conceito e de acordo com o art. 58 da LDB 9394/1996 educação especial seria a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (LDB, 1996)

De acordo com o artigo 3ª da Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001 Educação Especial, modalidade da educação escolar, um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover os desenvolvimentos das potencialidades dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. (Resolução nº 2, 2001).

2.4 Atendimento Educacional Especializado – A.E.E o que é?

O atendimento educacional especializado – AEE “é um serviço da educação especial que identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as

barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas". (SEESP, 2010, p. 5)

E em relação ao aluno “todo aluno no Brasil, desde a educação infantil até a educação superior, tem direito ao atendimento educacional especializado (AEE)”, e o atendimento irá beneficiar o aluno e a incentiva-lo a ter autonomia e independência na sala de aula comum. (BRASIL, 2011)

O Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução CNE/CEB nº 4/2009, estabelece as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, definindo que:

Art. 5º O AEE é realizado, prioritariamente, nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, em centro de atendimento educacional especializado de instituição especializada da rede pública ou de instituição especializada comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a secretaria de educação ou órgão equivalente dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios. (SEESP, 2010 p. 5)

Portanto, o Atendimento Educacional Especializado – AEE na perspectiva da Educação Inclusiva tem a função de: “identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a participação dos alunos e considerando suas necessidades específicas, esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vista à autonomia e independência na escola e fora dela”. Dessa forma, as atividades do atendimento especializado devem ser diferenciadas da sala comum, para atender melhor as especificidades dos alunos com deficiência. (BRASIL, 2008, p. 10)

2.4.1 SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

A implantação das Salas de Recursos Multifuncionais nas escolas comuns da rede pública de ensino seria para atender as necessidades históricas da educação brasileira, pois deveria promover às condições de acesso a pessoa com deficiência, sua participação e aprendizagem no ensino regular, possibilitando com isso, a oferta do atendimento educacional especializado, de forma que não viesse substituir à escolarização dos mesmos. (SEESP, 2010)

A sala de recursos multifuncionais é, portanto, um espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais. No atendimento, é fundamental que o professor considere as diferentes áreas do conhecimento, os aspectos relacionados ao estágio de desenvolvimento cognitivo dos alunos, o nível de escolaridade, os recursos específicos para

sua aprendizagem e as atividades de complementação e suplementação curricular. (SEESP, 2006, p. 14)

Logo, a sala de recursos multifuncionais “seria um espaço para a realização do atendimento educacional especializado de alunos que apresentam, ao longo de sua aprendizagem, alguma necessidade educacional especial, temporária ou permanente, compreendida, segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica”. (Idem, 2006, p. 15)

A Secretaria de Educação Especial foi extinta passando a ser chamada de Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, diversidade e inclusão, a mesma tem como um de seus objetivos é fazer orientação sobre políticas públicas que articulem a diversidade humana e social aos processos educacionais desenvolvidos nos espaços formais dos sistemas públicos de ensino,

2.4.2 PÚBLICO ALVO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivos, a oferta do atendimento educacional especializado, a formação dos professores, a participação da família e da comunidade e a articulação Intersectorial das políticas públicas, para a garantia do acesso dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, no ensino regular. (SEESP, 2010, p. 6)

Considera-se público alvo do Atendimento Educacional Especializado as seguintes pessoas com necessidades especiais:

Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (Idem, 2010, p.7)

Alunos com transtornos globais do desenvolvimento - aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo síndromes do espectro do autismo psicose infantil; (Idem, 2010, p. 7)

Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou

combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artes e criatividade. (Ibdem, 2010, p. 7)

3. EDUCAÇÃO INCLUSIVA *VERSUS* EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Declaração de Salamanca 1994 é o início do marco histórico da caminhada para a Educação Inclusiva. Sendo a Educação inclusiva o modo mais eficaz para construção de solidariedade entre crianças com necessidades educacionais especiais e seus colegas. O encaminhamento de crianças a escolas especiais ou a classes especiais ou a sessões especiais dentro da escola em caráter permanente deveriam constituir exceções, a ser recomendado somente naqueles casos infrequentes onde fique claramente demonstrado que a educação na classe regular seja incapaz de atender às necessidades educacionais ou sociais da criança ou quando sejam requisitados em nome do bem-estar da criança ou de outras crianças. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994)

A educação inclusiva, a partir do reconhecimento e valorização da diversidade como fator de enriquecimento do processo educacional, tem provocado mudanças na escola e na formação docente, propondo uma reestruturação da educação que beneficie todos os alunos. A organização de uma escola para todos prevê o acesso à escolarização e ao atendimento às necessidades educacionais especiais. (SEESP, 2006, p. 9)

Portanto, a concepção da educação inclusiva compreende o processo educacional como um todo, pressupondo a implementação de uma política estruturante nos sistemas de ensino que altere a organização da escola, de modo a superar os modelos de integração em escolas e classes especiais. A escola deve cumprir sua função social, construindo uma proposta pedagógica capaz de valorizar as diferenças, com a oferta da escolarização nas classes comuns do ensino regular e do atendimento as necessidades específicas dos seus alunos. (SEESP, 2010, p. 6)

A Secretaria de Educação Especial do MEC considera a Educação Especial como um “processo que visa promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas com necessidades especiais, condutas típicas ou altas habilidades, e que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino”, com objetivos de ensino que passa a ser de acordo com cada deficiência do aluno para atender sua especificidade. (SEESP, 1994, p. 17)

3.1. O que é Inclusão?

Sasaki (2010, p. 40) ressalta que inclusão “é um processo que contribui para um novo tipo de sociedade através de transformações, nos ambientes físicos e na mentalidade de todas as pessoas”. Diante da definição de Sasaki se pode observar que realmente inclusão é um processo de transformação que deve ocorrer dentro da sociedade e principalmente na mente das pessoas.

De acordo com Guijarro (2005, p. 125) Inclusão “é um movimento amplo, diferente de integração que neste caso significa apoiar os alunos com deficiência na escola regular, na inclusão o foco é a transformação da educação comum para eliminar as barreiras que limitam o aprendizado e a participação destes alunos na escola”.

3.2 Escola Inclusiva

A concepção de escola inclusiva se fundamenta no reconhecimento das diferenças humanas e na aprendizagem centrada nas potencialidades dos alunos, ao invés da imposição de rituais pedagógicos pré-estabelecidos que acabam por legitimar as desigualdades sociais e negar a diversidade. Nessa perspectiva, as escolas devem responder às necessidades educacionais especiais de seus alunos, considerando a complexidade e heterogeneidade de estilos e ritmos de aprendizagem. Para tanto, é necessária uma nova estrutura organizacional, com currículos flexíveis, estratégias teóricas metodológicas eficientes, recursos e parcerias com a comunidade. (SEESP, 2006, p. 13)

Segundo o parecer CNE/CEB nº. 17/01, o projeto pedagógico de uma escola inclusiva deverá atender ao princípio da flexibilidade para que o acesso ao currículo seja adequado às condições do aluno, favorecendo seu processo escolar. Dessa forma, devem ser observadas as variáveis que podem interferir no processo de aprendizagem tais como: as de cunho individual do aluno, as condições da escola, a prática docente, as diretrizes do sistema de ensino, bem como a relação entre todas elas. (Idem, 2006, p. 16)

Para que uma escola torne-se inclusiva é necessária à participação responsável de todos que fazem parte do quadro de funcionários da escola em qual cada aluno está inserido. Escola Inclusiva é, a qual garante igualdade e qualidade no ensino educacional a todos os alunos, “a escola inclusiva é aquela que tem o potencial de reconhecer e respeitar as diversidades culturais e tem responsabilidade de responder e dar satisfação a cada um de acordo com suas necessidades”. (SEESP, 2004, p. 8)

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O desenvolvimento deste artigo se deu em algumas etapas:

Primeiramente, foi feita a pesquisa bibliográfica suporte teórico desta pesquisa pode ser confundida com a pesquisa documental de acordo com Gil (2008): “destaca como principal diferença entre esses tipos de pesquisa a natureza das fontes de ambas as pesquisas. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições de vários autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental baseia-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. Ela foi importante para delinear a escola campo a ser selecionada para esta pesquisa, assim se buscou uma escola campo com características do campo, este foi o segundo passo, a sensibilização do olhar.

A segunda etapa foi à pesquisa de campo com análise apenas na observação e documental, prosseguindo com embasamento à teoria deste trabalho fizeram um levantamento de Escolas Estaduais do Campo existentes nos 16 municípios do Estado do Amapá, verificando o acesso a educação do campo para poder assim compreender se existia ou não o Atendimento Educacional Especializado ou se há ou não inclusão.

Segundo Gil (2007), a pesquisa é definida como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.

O objeto pesquisado foi: A Escola Estadual do Campo que está localizada no Município de Santana, com tipologia de escola de zona rural. A Escola atende hoje alunos que habitam em áreas distintas como: Em terra firme, local de várzea e área litorânea chamada de ribeirinha.

A Escola Estadual do Campo presta atendimento funcionando em dois turnos (manhã e tarde) para uma clientela de 566 alunos, distribuídos nas seguintes etapas e modalidades de ensino: Ensino Fundamental 5 turmas de 6º ano pela parte da manhã, 2 de 7º ano, 2 de 8º ano e 1 de 9º ano, no turno da tarde funciona o ensino médio, sendo estas 2 turmas de 1º ano, 2 de 2º ano e 2 de 3º ano.

A referida escola pertence a uma comunidade composta por famílias de baixa renda na grande maioria de pais autônomos, distribuídos entre catraieiros, agricultores, produtores de polpa, carvoeiros, carpinteiros, pedreiros, pescadores, feirantes, tiradores de açai e ainda uma pequena minoria de empregados divididos entre funcionalismo público e funcionários do setor

privado. Como a maioria dos Pais são autônomos em alguns casos os alunos precisam trabalhar para contribuir na renda familiar.

Os projetos da Escola Estadual do Campo são: De mãos dadas pela inclusão, compartilhando as diferenças, juntos pela inclusão: esporte e recreação, xadrez na escola e construindo novos saberes através da arte, conhecendo e preservando a biodiversidade local, historiando a arte afro-brasileira, aprendendo e construindo os gêneros textuais em língua portuguesa, teatro e dança na escola, hortaliça, banda de música e folclore.

Para atender as diversas especificidades de alunos a Escola Estadual do Campo oferece serviços de transporte escolar tanto terrestre (ônibus), como fluvial (catraia) para alunos devidamente matriculados.

Como se trata de uma escola pública surgiu mais uma etapa desta pesquisa, a Pesquisa Documental, que tem sua importância em retratar as políticas públicas voltadas para o campo e para a educação especial, como também a relação das Escolas Públicas Estaduais do Campo com a Secretaria Estadual de Educação – SEED/AP.

4.1 Pesquisa de Campo

Na Pesquisa de Campo foi feita observação, justamente para conhecer a realidade da escola, observar às salas de aulas, banheiros, sala de leitura, auditório, sala do AEE, refeitório, quadra de esporte, corredor, entrada da escola. Enfim, foi feita uma análise minuciosa de toda planta arquitetônica da escola, até inserção dos alunos com necessidades especiais na sala do ensino regular.

Foi feita análise em documentos da Instituição como: Projeto Político Pedagógico, matriz curricular, projetos da escola, para com isso, entender quais os principais objetivos e metas traçados pela escola e se os sistemas de ensino fornecem livros didáticos com conteúdos adaptados a realidade dos alunos, e saber se os projetos realizados pela escola atendem as diversidades culturais, sociais, econômicas dos diversos alunos atendidos pela escola.

Pesquisa de Campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual procuramos uma resposta, ou de uma hipótese, que queiramos comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. Consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que presumimos relevantes, para analisá-los. (Prodanov, 2013, p.59)

Como qualquer outro tipo de pesquisa, a de campo parte do levantamento bibliográfico. Exige também a determinação das técnicas de coleta de dados mais apropriadas à natureza do tema e, ainda, a definição das técnicas que serão empregadas para o registro e a análise. Dependendo das técnicas de coleta, análise e interpretação dos dados, a pesquisa de campo poderá ser classificada como de abordagem predominantemente quantitativa ou qualitativa. (Idem, 2013, p. 60)

4.2 Pesquisa Documental

A pesquisa documental foi realizada na Escola Estadual do Campo no município de Santana-AP, onde se teve acesso ao Projeto Político Pedagógico da Escola, realizou-se também nos Núcleos de Educação do Campo, Educação Especial e no Centro de Pesquisa Educacional, departamentos que se localizam dentro da Secretaria de Educação do Estado do Amapá, onde foi feita verificação quanto ao quantitativo de Escolas, que possuem atendimentos e serviços no Campo dos Municípios do Estado do Amapá e seu quantitativo total em Escolas Estaduais do município de Santana.

Assim como a maioria das tipologias, a pesquisa documental pode integrar o rol de pesquisas utilizadas em um mesmo estudo ou se caracterizar como o único delineamento utilizado para tal (BEUREN, 2006).

A utilização da pesquisa documental foi muito importante, pois foram organizadas informações que se encontravam dispersas, conferindo-lhe uma nova importância como meio de consulta, diante disso, foi feito levantamento do quantitativo de Escolas Estaduais do Campo nos 16 municípios do Estado do Amapá e de acordo com o Centro de Pesquisas Educacionais – CEPE/SEED-AP, 2018 e o Núcleo de Educação no Campo o Estado do Amapá possui cerca de: 172 Escolas Estaduais do Campo, 21 Escolas Estaduais Quilombolas e 54 Escolas Estaduais Indígenas.

O quadro 01 faz uma demonstração dos 16 municípios do Estado do Amapá e seu quantitativo de Escolas Estaduais do Campo.

Quadro 01: Demonstrativo das Escolas Estaduais do Campo do Estado do Amapá

Municípios do Estado do Amapá	Número de Escolas Estaduais do Campo
Amapá	04
Calçoene	02
Cutias	08
Ferreira Gomes	04
Itaubal	07
Laranjal do Jari	06
Macapá	67
Mazagão	17
Oiapoque	01

Pedra Branca do Amapari	06
Porto Grande	12
Pracuuba	05
Santana	08
Serra do Navio	02
Tartarugalzinho	20
Vitória do Jari	01

Fonte: Centro de Pesquisas Educacionais e Núcleo de Educação do Campo. Ano: 2018

De acordo com documento demonstrativo das Escolas Estaduais do Campo, as mesmas possuem um quantitativo de 2.311 professores lecionando nas diversas disciplinas da matriz curricular das Escolas, estão matriculados 26.300 alunos nessas Escolas, sendo atendidos 9.891 alunos nos anos iniciais, 9.843 nos anos finais do Ensino Fundamental, no Ensino Médio 4.411, no Ensino Fundamental estão matriculados 1.492 alunos e na Educação de Jovens e Adultos no Ensino Médio Estão matriculados 420 alunos.

Fez-se um levantamento do total geral de alunos com necessidades especiais matriculados em Escolas Estaduais do Campo, sendo estes matriculados na escolarização e no Atendimento Educacional Especializado-AEE em todos os municípios do Estado do Amapá de acordo com o Centro de Pesquisa Educacional do Estado. O quadro 02 faz demonstração das respectivas informações.

Quadro 02: Matrícula de alunos com necessidade especial nas Escolas Estaduais do Campo em 2018

Municípios do Estado do Amapá	Matrícula		
	Total Geral	Escolarização	AEE
Amapá	01	01	-
Calçoene	03	03	-
Cutias	04	04	-
Ferreira Gomes	30	24	06
Itaubal	20	11	09
Laranjal do Jari	07	07	-
Macapá	137	90	47
Mazagão	61	39	22
Oiapoque	04	04	-
Pedra Branca do Amapari	23	17	06
Porto Grande	40	27	13
Pracuuba	03	03	-
Santana	123	69	54
Serra do Navio	17	09	08
Tartarugalzinho	42	30	12
Vitória do Jari	29	18	11

Fonte: Centro de Pesquisa Educacional do Amapá. Ano: 2018.

De acordo com o Centro de Pesquisa Educacional do Amapá em 2018, existiam 921 alunos com necessidades especiais matriculados no total geral tanto em Escolas Estaduais do Campo quanto em Escolas Estaduais quilombolas e indígenas, sendo 544 alunos com necessidades especiais matriculados em Escolas Estaduais do campo em todos os municípios do Estado de acordo com o quadro 02 e 377 alunos matriculados entre as Escolas Estaduais

quilombolas e indígenas, na escolarização estiveram matriculados 593 alunos com necessidades especiais tanto em Escolas Estaduais do campo, quilombolas e indígenas, possuindo um quantitativo de 356 matriculadas na escolarização de Escolas Estaduais do Campo de acordo com o quadro 02 e 237 matriculados entre Escolas indígenas e quilombolas.

Enquanto que no Atendimento Educacional Especializado possuía um quantitativo de 303 alunos com necessidades especiais matriculados tanto em Escolas Estaduais do campo, quilombolas e indígenas, e de acordo com o quadro 02 existiam 188 alunos matriculados com necessidades especiais em Escolas Estaduais do Campo e 115 alunos com necessidades especiais matriculados no Atendimento Educacional Especializado entre Escolas Estaduais quilombolas e indígenas, fez-se também um levantamento das deficiências existentes em todas as Escolas Estaduais do Campo constatou-se que as mesmas são as seguintes: Cegueira, baixa visão, surdez, deficiência auditiva, surdo cegueira, deficiência física, deficiência intelectual, deficiência múltipla, autismo, Síndrome de Asperger, Síndrome de Rett, transtorno TDI (3) e superdotação. (CEPE-AP, 2018).

Segundo o censo escolar 2018, o Amapá possui cerca de 840 escolas, sendo estas localizadas em áreas urbanas e rurais, são escolas municipais, estaduais, privadas e públicas, dessas 840 (23% escolas), ou seja, 196 escolas suas dependências são acessíveis aos alunos com necessidades especiais e 31% (260 escolas) tem banheiros acessíveis aos alunos com necessidades especiais.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual do Campo do Município de Santana foram encontrados alunos matriculados com necessidades especiais. O quadro 03 faz demonstração das deficiências existentes na Escola do Campo no qual foi feito a pesquisa documental e pesquisa campo de observação.

Quadro 03: Deficiências existentes na Escola Estadual do Campo

Deficiências Existentes na Escola Estadual do Campo em 2019
Deficiência Intelectual
Autismo
Deficiência Auditiva
Transtorno Global do Desenvolvimento
Síndrome de Down
Deficiência Física
Deficiência Visual
Deficiências Múltiplas

Fonte: Projeto Político Pedagógico da Escola

Na Escola há 14 alunos com necessidades especiais matriculados na sala do ensino regular e que recebem atendimento educacional especializado no decorrer das suas aulas, pois um pedido feito pelos pais dos alunos ao gestor da escola, devido os mesmos possuírem diversos obstáculos de os levarem no contra turno. Diante do levantamento feito do

quantitativo de deficiências, constataram-se os seguintes números de acordo com as deficiências:

Alunos que tem deficiência intelectual: 06; deficiência auditiva: 01; deficiência visual: 02; autismo: 02; transtorno global do desenvolvimento: 01; Síndrome de Down: 01; deficiência física: 01, e 02 tem deficiências múltiplas (um é deficiente visual e deficiência física e o outro Deficiência Intelectual, auditiva e física).

As Escolas Estaduais do Campo localizadas no Município de Santana, no Estado do Amapá são as seguintes: Escola Estadual Nossa Senhora de Nazaré, Escola Estadual Ana Dias da Costa, Escola Estadual Foz do Rio Matapí, Escola Estadual Alberto Santos Dumont, Escola Estadual Levindo Alves dos Santos, Escola Estadual Francisco de Oliveira Filho, Escola Estadual Osvaldina Ferreira da Silva, Escola São Sebastião do Lago Pirativa.

Abaixo segue o quadro 04 das deficiências existentes nas 08 Escolas Estaduais do Campo do município de Santana e levantamento de todas as deficiências no ano de 2018.

Quadro 04: Escolas Estaduais do Campo em Santana e as deficiências existentes

Escolas Estaduais do Campo	Deficiências existentes em 2018
Esc. Est. Alberto Santos Dumont	Baixa visão, def. auditiva, def. intelectual, def. múltipla e autismo.
Esc. Est. Ana Dias da Costa	Baixa visão, def. física, def. intelectual e autismo.
Esc. Est. Foz do Rio Matapí	Cegueira, def. físico, def. intelectual, def. múltipla, autista e superdotação.
Esc. Est. Francisco de Oliveira Filho	Deficiência física, def. intelectual, def. múltipla e transtorno TDI (3).
Esc. Est. Levindo Alves dos Santos	Baixa visão e def. intelectual
Esc. Est. N. S. de Nazaré	Deficiência auditiva, def. intelectual e autista.
Escola Est. Osvaldina F. Da Silva	Surdez, Def. auditiva, def. física, deficiência intelectual e autista.
Escola Est. São Sebastião do Lago Pirativa.	Não tem alunos com necessidade especial matriculado

Fonte: Centro de Pesquisas Educacionais e Núcleo de educação do Campo, Ano: 2018

Diante do levantamento feito no quadro 04, sentiu-se a necessidade de fazer a discriminação das deficiências e seu quantitativo que se organizou de acordo com o quadro 05 que ficou da seguinte forma:

Quadro 05: Escolas Estaduais do Campo em Santana e o quantitativo de deficiências existentes

Escolas Estaduais do Campo em Santana	Quantitativo de deficiências existentes
Esc. Est. Alberto Santos Dumont	04 alunos com baixa visão, 04 com deficiência auditiva, 27 deficiência intelectual, 01 deficiência múltipla e 05 autista;
Escola Est. Ana Dias da Costa	02 com baixa visão, 02 deficiência física, 8 deficiência intelectual e 02 autista;
Esc. Est. Foz do Rio Matapí	02 cegos, 02 def. físico 06 def. intelectual, 02 def. múltipla, 03 autista e 01 superdotação;
Esc. Est. Francisco de Oliveira filho	02 def. físico, 8 def. intelectual, 02 def. múltipla e 02 Transtorno TDI (3);

Esc. Est. Levindo Alves dos Santos	01 baixa visão e 01 def. intelectual;
Esc. Est. N. S. de Nazaré	02 deficiência auditiva, 06 deficiência intelectual e autista;
Escola Est. Osvaldina F. Da Silva	06 deficiência intelectual, 01 deficiência auditiva, 02 deficiência visual, 02 autista; 01 transtorno global do desenvolvimento; 01 Síndrome de Down; 01 deficiência física;
Escola Est. São Sebastião do Lago Pirativa	Não houve matrículas de alunos com necessidades especiais no Ensino Regular.

Fonte: Centro de Pesquisas Educacionais e Núcleo de educação do Campo. Ano: 2018

Os procedimentos metodológicos usados na pesquisa foram de grande relevância para a construção do artigo, trazendo conhecimentos sobre a realidade da Escola Estadual do campo e dos alunos com necessidades especiais nela inseridos, bem como o quantitativo das escolas estaduais do campo existentes no município de Santana, as existentes nos 16 municípios do Estado do Amapá e as respectivas deficiências encontradas em cada município.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa partiu justamente de indagações acerca de diagnosticar como se dá o processo de inclusão de alunos com necessidades especiais educacionais em uma escola estadual de característica do campo do Município de Santana no Estado do Amapá, pois até então havia apenas experiências vividas nas escolas do meio urbano.

E de acordo com a Resolução CNE/CEB de 03 de abril de 2002, “o reconhecimento de que as pessoas que vivem no campo têm direito a uma educação diferenciada daquela oferecida a quem vive na cidade”, e foi justamente a partir dos questionamentos de como seria essa inclusão de alunos com necessidades especiais na educação do campo, que despertou o interesse de pesquisar a respeito do tema proposto (BRASIL, 2002).

E diante de tantos fatores enfrentados até hoje pela educação especial inclusiva e pela educação no campo, pode ser observado que a Escola do Campo em que ocorreu a pesquisa demonstra preocupação com o processo de desenvolvimento intelectual dos alunos com necessidades especiais, e incluem não apenas nas salas de aula, mas também em todas as atividades da escola. E, que acima de tudo, os respeitam e proporcionam uma educação de qualidade visando torna-los indivíduos produtivos e inclusos na sociedade em que vivem.

A Escola do Campo juntamente com o Atendimento Educacional Especializado desenvolve ao longo do ano letivo diversos projetos que visam à inclusão dos alunos com necessidades especiais em todos os projetos do ano letivo. Onde a escola trabalha a diversidade de seus alunos, para que todos conheçam e entendam a individualidade e especificidade de cada um, com conscientização do respeito ao próximo, a sua cultura,

crenças, sua necessidade educacional, compreendendo que todos estão juntos por uma educação inclusiva de qualidade.

Os projetos e as atividades foram uns dos fatores que mais chamaram a atenção em relação à pesquisa, pois os mesmos são instrumentos para a busca de melhoria na qualidade de vida dos alunos, de forma organizada e planejada para melhor atendê-los. E os projetos e atividades que a escola promove existem justamente para garantir habilidades nos alunos, habilidades em formar indivíduos capazes de ter autonomia e questionamentos para as suas atividades dentro e fora do âmbito escolar.

Incentivar a ampliação das experiências na educação do campo tanto para os professores quanto para os alunos é fundamental no processo de aprendizagem dos mesmos, pois assim as trocas de conhecimentos e saberes irão fortalecer a educação dentro da sala de aula. E a interdisciplinaridade que existe na escola do campo em que a pesquisa foi realizada, percebeu-se que os professores estão em sintonia através de troca de saberes e diálogos quando formulam os projetos e atividades da escola, visando incluir todas as disciplinas existentes.

E a interdisciplinaridade vem justamente para “ficar mais claro que quando se considera o fato trivial de que todo conhecimento mantém um diálogo permanente com outros conhecimentos”, e é com o objetivo de unir saberes e disciplinas que a escola trabalha para desenvolver seus projetos e suas atividades (BRASIL, 2000, p.75).

O inciso I do art. 1º do Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 “garante um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades”. Diante do que foi exposto no inciso a Escola Estadual do Campo é uma escola inclusiva, a mesma oferece a todos os alunos sem distinção igualdade e oportunidade a todos, contemplando com isso, o pleno desenvolvimento intelectual e sua preparação ao mercado de trabalho.

Os recursos didáticos, pedagógicos, tecnológicos, culturais e literários destinados à educação do campo deverão atender às peculiaridades e apresentar conteúdos relacionados aos conhecimentos das populações do campo, considerando os saberes próprios das comunidades, em diálogo com os saberes acadêmicos e a construção de propostas de educação do campo contextualizada. (BRASIL, 2010)

Quanto a todos os requisitos mencionados acima constatou-se que a matriz curricular não atende as peculiaridades dos alunos do campo, ou seja, todo e qualquer assunto abordado em livros didáticos nas escolas da cidade são os mesmos que circulam na escola do campo, o que o professor faz é só adaptar o conteúdo a realidade do aluno do campo.

Diante das análises documentais foi observado que em todas as Escolas Estaduais do Campo existentes nos 16 municípios do Estado do Amapá existe o Atendimento Educacional Especializado, porém muitos alunos são matriculados no ensino regular, mas não estão matriculados no Atendimento Educacional Especializado-AEE.

Mediante ao art. 208 em seu inciso III a Escola Estadual do Campo realiza Atendimento Educacional Especializado, assim como a Lei garante, oferecendo em seu próprio espaço uma sala que faz o processo de atendimento, assim como reafirma o § 2º do art. 58 da LDB 9.394/96, e também garante a realização deste atendimento de forma gratuita como ressalta o art. 4 inciso III da LDB 9.394/96, inclusive a mesma realiza os atendimentos aos alunos na hora das aulas, devido os pais não possuírem disponibilidade de tempo para trazê-los no contra turno. (BRASIL, 1988)

O inciso III do Artigo 59 da LDB 9.394/1996 ressalta que professores têm que possuir especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns, diante do exposto pelo inciso notou-se que a Escola Estadual do Campo preocupa-se em fazer a inclusão, não integração como o inciso salienta até mesmo porque fazer a integração do aluno é simplesmente não oferecer adaptações necessárias para que ele seja incluído no âmbito escolar. (LDB, 1996)

Foi feito levantamento sobre os Centros de atendimentos especializados existentes no Estado do Amapá e de acordo com dados da Secretaria Estadual de Educação, o Estado do Amapá tem 04 (quatro) Centros que fazem Atendimento Educacional Especializado que são os seguintes: Centro Educacional Raimundo Nonato Dias Rodrigues, Centro de Atendimento ao Surdo, Centro de Altas Habilidades e superdotação e o Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual. Abaixo esta descrito suas finalidades e tipo de atendimento:

1. O Centro Educacional Raimundo Nonato Dias Rodrigues, fica localizado na Rua Barão de Mauá nº 52, no Bairro Novo Buritizal. É um Centro de Referência no Amapá, faz atendimento às pessoas com necessidade educacional especial sendo a pessoa com deficiência permanente ou temporária. O mesmo foi criado com intuito de realizar atendimentos as pessoas com deficiência.

2. O Centro de Atendimento ao Surdo – CAS: Foi inaugurado em 2006. O mesmo oferece formação continuada aos educadores que possuem alunos surdos e com deficiência auditiva, orientando sobre o uso dos materiais didático acessíveis, bem como cursos de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). O Centro possui equipe composta pelos seguintes

profissionais: assistente social, psicólogo, fonoaudiólogo e fisioterapeuta, avaliação diagnóstica de alunos surdos.

3. O Centro de Atividades de Altas Habilidades e Superdotação foi criado no dia 08 de abril de 2006, a criação do Centro foi exigência de uma Lei Federal por intermédio do MEC, através da SEESP - Secretaria de Educação Especial, a Lei voltava-se para o desenvolvimento do programa de Implantação dos Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/superdotação, em todo o país, e um de seus objetivos seria: orientar e apoiar o sistema de ensino quanto a educação especial.

O Centro volta-se ao atendimento de alunos com altas habilidades/superdotação. E para que haja atendimento com excelência aos alunos, o mesmo disponibiliza de diversos profissionais que são os seguintes: pedagogos, psicólogos, assistentes sociais e professores de diferentes áreas de ensino, sendo uma equipe preparada para fazer atendimentos com eficiência.

4. E por fim O Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual que tem como objetivo garantir a todos os estudantes com deficiência visual do Estado do Amapá, acesso aos recursos específicos necessários ao seu desenvolvimento, tais como: orientação e mobilidade; atividade da vida autônoma; livros adaptados textos ampliados, mapas adaptados, etc. Logo, o mesmo realiza atendimento aos alunos com deficiência visual advindo da rede regular de ensino ou da própria comunidade.

O Centro também oferece os seguintes cursos: braile, soroban e outros pequenos cursos todos voltados para formação continuada de educadores que tem interesse em aprimorar mais seus conhecimentos, as inscrições dos cursos também são abertas à comunidade acadêmica e sociedade civil em geral, os cursos são importantes e necessários a todos que desejam aprimorar mais seus conhecimentos com relação ao atendimento a pessoa com deficiência visual.

Os centros educacionais especializados são importantes para as escolas, comunidades, universidades, etc, pois oferecem atendimentos a pessoa com deficiência, proporcionam cursos voltados à educação especial, os centros são como mediadores entre escolas e sala de aula regular, onde são disponibilizados diversos recursos para a melhor adequação do ensino da pessoa com deficiência.

Quanto aos centros educacionais especializados existentes no Estado do Amapá, concentram-se na área urbana dificultando o acesso dos alunos com necessidades especiais do campo até os mesmos. Portanto, a inclusão é feita de escola para escola, ou seja, não acontece do externo, os projetos da SEED não alcançam as escolas do campo. Os cursos ofertados

pelos centros não contemplam a comunidade, os alunos, as escolas do campo do Estado do Amapá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que a educação do campo passou e passa por diversas transformações em relação à educação inclusiva e especial, e que são grandes os desafios que foram e continuam sendo enfrentados na perspectiva de superação imposto pelo sistema capitalista, e essas superações é motivo de orgulho na construção de identidade e de desenvolvimento de suas histórias. E não se pode deixar de explanar os avanços conquistados pela construção dos exemplares e das práticas de Educação no Campo, que mesmo enfrentado diversas barreiras tem conseguido novos territórios de esperança e muita conquista ao longo da história.

Acredita-se que a escola do campo em que a pesquisa foi realizada, promova qualidade de relações com o outro, autonomia, respeito e igualdade, orientando a ação pedagógica para atender e ampliar as necessidades individuais e coletividade, promovendo sucesso e qualidade em seus trabalhos para uma prática educativa de sucesso. Pois é necessário o fortalecimento do desenvolvimento de uma política de valorização do profissional da escola e de seus alunos, fortalecendo a organização de um todo e de suas relações pessoais e educacionais.

O incentivo para a formação de profissionais exemplares é importante, e isso se percebeu na escola do campo, a preocupação e cuidado para uma educação inclusiva de qualidade, buscando encorajar o aluno a ser dependente e autônomo. Vale ressaltar que a educação tem como objetivos a criação de indivíduos capazes de aprender a questionar, refletir criticamente e buscar ainda mais conhecimentos, buscando ser independentes dentro e fora da escola.

A Escola Estadual do Campo não possui uma estrutura física 100% adaptada para alunos com necessidades especiais, e precisa de muitos ajustes, porém possui um quadro de funcionários muito acolhedor e que fazem os mesmos se sentirem inclusos em toda escola. Diante disso inclusão vai muito além de adaptação na estrutura física da escola, inclusão é respeitar, é entender que todos são iguais sem qualquer distinção.

Portanto, é direito do aluno ter uma educação inclusiva de qualidade, seja este do campo, ribeirinho, indígena, quilombola, a escola tem que se organizar adequadamente para receber este aluno em todos os seus processos educacionais, e é dever de todos garantir este processo de inclusão. Enquanto, que o Estado através da secretaria de educação deve

desenvolver projetos que contemplem as escolas urbanas e rurais, fazendo jus ao processo de inclusão do aluno com necessidade especial, e aluno do campo, pois a inclusão é direito de todos, buscando uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. **A educação Básica e o Movimento Social do Campo**: IN CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs) **Por uma educação básica do campo**. Coleção por uma educação do campo, nº 2, Petrópolis: Vozes, 2004.

BEUREN, I. M. (Org.) et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: Teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas. 2006.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição Federal**, de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acessado em 05 de setembro de 2018.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acessado em: 16 de setembro de 2018.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília, MEC/SEESP, 1994.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Declaração de Salamanca, 10 de junho de 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acessado em: 17/05/2019.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio**: bases legais. Brasília: MEC, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>. Acessado em 20/05/2018.

BRASIL, **Resolução CNE/CEB nº 2**, de 11 de setembro de 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acessado em: 25/05/2019.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CEB 1**, DE 3 DE Abril de 2002, Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&Itemid=30192. Acessado em 10 de maio de 2019.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa educação inclusiva: Direito à diversidade**, Brasília, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aescola.pdf>. Acessado em: 14/05/2019.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília DF, 2008.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução nº 4, de Outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acessado em: 25/05/2019.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Decreto nº 7352**, de 04 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Disponível em:
http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25287_12546.pdf. Acessado em 03 de novembro de 2018.

BRASIL. **Decreto N 7.611**, de 17 de novembro de 2011 – Dispões sobre a educação especial o atendimento educacional especializado e das outras providencias, 2011. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm. Acessado em: 22 de outubro de 2018

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO **Resolução nº 56-CEE**, de 2017. Estabelece diretrizes complementares para funcionamento das Instituições da educação do campo, dos povos das águas e das florestas no âmbito da educação básica e superior no Estado do Amapá e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cee.ap.gov.br/det.php?dm=148>. Acessado em 05 de setembro de 2018.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Censo escolar 2018**. Disponível em: Disponível em: https://www.qedu.org.br/estado/103-amapa/censo-escolar?year=2018&dependence=0&localization=0&education_stage=0&item=. Acessado em: 15/05/2019.

CALDART, R.S. **Educação em movimento**: formação de educadoras e educadores no MST. Petrópolis: Vozes, 1997.

CALDART, R. S. **Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção**. In: KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (Org.). Educação do Campo: identidade e políticas públicas. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002, p. 25-36.

CEPE-SEED. **Planilha de matrículas de pessoas com deficiências na zona rural**. 2018, Ap.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. _____. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIJARRO, María Rosa Blanco. **Ensaio Pedagógicos: construindo escolas inclusivas**. Brasília: Seesp, 2005. 180 p.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 2ª ed. São Paulo Moderna, 2006.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão. Construindo uma sociedade para todos.** 8ª ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.